



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros

ISSN: 2237-2342 (impresso)

L-ISSN: 2178-2008 (on-line)

Ano X, Vol. X, n.39, jul./dez., 2019.

Tramitação editorial:

Data de submissão: 30/07/2019.

Data de reformulação: 15/09/2019.

Data de aceite definitivo: 30/11/2019.

Data de publicação: 20/12/2019.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR¹
Curricular common national base
Base nacional común curricular

Me. Maria Aparecida De Assunção²
Mariane Corado Lobato
Walter Robson Vieira Torres³

Resumo

O presente estudo busca reunir informações acerca da Base Nacional Comum Curricular, demonstrando que essa Base define as competências e conhecimentos essenciais para orientar a formação do aluno de ensino médio. O presente artigo tem por finalidade, expor análise com referencia a capacidade da BNCC de orientar os alunos na escolha das áreas de formação e dos itinerários formativos, após um levantamento de pesquisas por meio do Google Acadêmico e varias leituras em relação a BNCC. O artigo expõe as análises feitas com base nas propostas da BNCC, de opiniões e criticas de profissionais da educação, no sentido de esmiuçar os meandros da nova fase da educação no Brasil, que passará por transformações no anos vindouros, seja na parte de metodologia do ensino, seja na área do desenvolvimento pedagógico. Tema que no momento traz preocupações, sobre a autonomia das redes de ensino em construir e disponibilizar seus próprios currículos. O estudo concluiu que É importantíssimo que os alunos compreendam cada competência, é importante também conversar sobre cada uma delas, discutir com os alunos o que eles estão aprendendo, e porque estão aprendendo, para que entendam o sentido, a importância de cada área de formação e que possam estar abertos a colaborar para que juntos os estudantes possam ajudar a desenvolver o coletivo, sendo protagonistas de suas historias. Se torna muito importante o diálogo e as discussões sobre os projetos políticos pedagógicos das escolas com todos os professores, gestores e colaboradores, para que a concepção de educação possa ser compreendida e incorporada, tornar-se salutar, aproveitar este momento para reflexão sobre a formação do ser humano que é o aluno nesta fase da sua vida.

Palavras-chaves: Política Pública Educacional. Competências e conhecimentos. Ensino médio

¹ © Todos os direitos reservados. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, bem como a Faculdade Processus (mantenedora do periódico) não se responsabilizam por questões de direito autoral, cuja responsabilidade integral é do(s) autor(es) deste artigo. A revisão linguística e metodológica deste artigo foi feita pelo(s) autor(es) deste artigo.

² Possui mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais em BH, ano de 1993. É pos-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília de 1987 a 1988. É graduada em Administração pela União Educacional de Brasília (1985) . De 2010 até o momento atua na Faculdade Processus. É professora e pesquisadora da Faculdade Processus, onde atualmente é a coordenadora de EaD.

³ Graduação em andamento em GESTAO PUBLICA. Faculdade Processus, PROCESSUS -DF, Brasil. Cv: <http://lattes.cnpq.br/4551039646596896>

Abstract

This study seeks to gather information about the Common National Curriculum Base, demonstrating that this Base defines the skills and knowledge essential to guide the education of high school students. This article aims to expose analysis with reference to the ability of BNCC to guide students in choosing areas of training and training itineraries, following a survey through Google Scholar and various readings in relation to BNCC. The article exposes the analyzes made based on BNCC proposals, opinions and criticisms of education professionals, in order to scrutinize the intricacies of the new phase of education in Brazil, which will undergo changes in the coming years, either in the methodology part of the program. teaching, whether in the area of pedagogical development. A topic that currently raises concerns about the autonomy of education networks in building and making their own curricula available. The study concluded that It is very important that students understand each competency, it is also important to talk about each competency, discuss with students what they are learning, and why they are learning, so that they understand the meaning, the importance of each area of training. and that they can be open to collaborate so that together students can help develop the collective, being protagonists of their stories. It is very important the dialogue and discussions about the pedagogical political projects of schools with all teachers, managers and collaborators, so that the conception of education can be understood and incorporated, become healthy, take this moment to reflect on the formation of the human being who is the student at this stage of his life.

Keywords: Educational Public Policy. Skills and knowledge. High school

Resumen

Este estudio busca recopilar información sobre la Base de Currículo Nacional Común, demostrando que esta Base define las habilidades y conocimientos esenciales para guiar la educación de los estudiantes de secundaria. Este artículo tiene como objetivo exponer el análisis con referencia a la capacidad de BNCC para guiar a los estudiantes en la elección de áreas de capacitación e itinerarios de capacitación, siguiendo una encuesta a través de Google Scholar y varias lecturas en relación con BNCC. El artículo expone los análisis realizados en base a las propuestas, opiniones y críticas de BNCC a los profesionales de la educación, con el fin de analizar las complejidades de la nueva fase de la educación en Brasil, que sufrirá cambios en los próximos años, ya sea en la parte metodológica del programa. enseñanza, ya sea en el área del desarrollo pedagógico. Un tema que actualmente plantea preocupaciones sobre la autonomía de las redes educativas en la construcción y puesta a disposición de sus propios planes de estudio. El estudio concluyó que es muy importante que los estudiantes entiendan cada competencia, también es importante hablar sobre cada competencia, discutir con los estudiantes lo que están aprendiendo y por qué están aprendiendo, para que entiendan el significado, la importancia de cada área de capacitación. y que pueden estar abiertos a colaborar para que juntos los estudiantes puedan ayudar a desarrollar el colectivo, siendo protagonistas de sus historias. Es muy importante el diálogo y las discusiones sobre los proyectos políticos pedagógicos de las escuelas con todos los docentes, gerentes y colaboradores, para que la concepción de la educación se pueda comprender e incorporar, volverse saludable, aproveche este momento para reflexionar sobre la formación. del ser humano que es el estudiante en esta etapa de su vida.

Palabras-clave: Política pública educativa. Habilidades y conocimientos. Escuela secundaria

Introdução

O presente estudo busca reunir informações acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tema este que traz uma dualidade de pensamentos em relação aos benefícios e possíveis prejuízos desta política educacional. A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento a discriminação e ao preconceito. A BNCC tem sua previsão na Constituição Federal de 1988 (Art. 210). A qual diz que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum com respeito aos valores culturais, artísticos, nacionais e regionais aplicados em todas as redes de ensino do país.

Essa Base define as competências e conhecimentos essenciais, que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum, abrangendo as quatro áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ensino Médio. As disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio são: Língua Portuguesa e Matemática. No caso de Língua Estrangeira, há orientação pela língua inglesa. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou cursos técnicos, a saber: Linguagens; Matemática; Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Este artigo tem por finalidade, expor análise com referencia a capacidade da BNCC de orientar os alunos na escolha das áreas de formação e dos itinerários formativos, demonstrar que para uma perfeita eficiência na base é imprescindível o engajamento dos professores, quanto dos estudantes. Observando estes itens, a BNCC vem como uma orientadora eficaz na reformulação do ensino médio Brasileiro. Através deste artigo será feita uma análise da BNCC, orientado pela indagação sobre como será a escolha dos alunos do ensino médio, pelas áreas de aprofundamento nos estudos e sobre essas mudanças no ensino por competências.

Após um levantamento de pesquisas através do Google Acadêmico e após varias leituras em relação à BNCC, foi possível fazer um estudo em relação às questões acima. Acreditamos que o presente artigo poderá orientar o leitor e trazer esclarecimentos acerca do tema. Este estudo foi escolhido através da vontade de conhecimento em relação à Educação Brasileira de nível médio, visto que a mesma não tem seu devido destaque e muitas vezes sofre o descaso por parte do governo e dos cidadãos. O conteúdo deste estudo tem uma relevância social já que colabora para o conhecimento de uma política que será implementada afetando a vida daqueles que participam da Educação, tanto professores, quanto pais e alunos.

2 Fundamentação teórica

2.1 Base Nacional Comum Curricular

A constituição federal de 1988 já indicava a necessidade de se ter uma base, um referencial curricular comum para o país, isso depois foi se desenvolvendo e mais explicitado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior), que é de 1996, e mais recentemente no Plano Nacional de Educação (PNE) que é uma lei ordinária, prevista na Constituição Federal, que entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014 e valerá por 10 anos. Ela estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação, estabelece inclusive um prazo de dois anos após a aprovação do PNE, para o Governo através do

(MEC) enviar ao Conselho Nacional de Educação a sua proposta da BNCC, que é um documento que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, esse prazo foi um pouco furado, e no final de 2017 foi aprovada a última etapa da base, a base Nacional do Ensino Médio que vem sendo discutida há mais de seis anos.

Uma das coisas mais relevantes que a BNCC criou, foi o ensino por áreas, e ter criado itinerários de aprofundamento, chamados itinerários formativos, onde o aluno pode optar escolher aonde vai se aprofundar.

Através da base o ensino deixa de ser um ensino padronizado com as treze disciplinas durante os três anos, e o aluno passa a flexibilizar suas oportunidades de aprendizagem. Os objetivos almejados pela primeira versão da BNCC eram:

"sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, compreendida pela educação Infantil, Ensino Fundamental, anos inicial e final, e Ensino Médio, capazes de garantir, aos sujeitos da educação básica, como parte de seu direito à educação". (BNCC 1ª versão, set/2015).

No que tange à evolução da BNCC, vale ressaltar o artigo 210, da constituição federal de 1988, que prevê: a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

De acordo com o termo supracitado, deduz-se que a promoção da igualdade educacional, a inclusão e a busca por transformar a sociedade mais justa estão sob a égide da constituição. Além disto, assegura a proteção e preservação das diversas manifestações culturais e artísticas, existentes, advindas da miscigenação: indígena, africana, europeia, asiática, dentre outras.

Logo após, o conteúdo da primeira versão da BNCC entra em consulta pública, por meio de uma plataforma virtual, onde a população poderia deixar suas críticas, recomendações e contribuições, a fim de melhorar a composição da base comum curricular. “os dados da participação são eloquentes: mais de 12 milhões de contribuições foram apresentadas ao documento preliminar, metade delas produzida pelas 45 mil escolas que se cadastraram em nosso portal, nessas escolas aconteceram os debates que envolveram alunos, famílias, comunidades e profissionais da educação, especialmente os professores”. (MEC, 2016).

Em março de 2016, a pesquisa on-line chegava ao fim. Segundo o ministério da educação (MEC) e (UNB), depois foram direcionadas para a equipe responsável pela elaboração da BNCC. Logo após, a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), em seu artigo 26, dispôs sobre: os currículos de educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Em 1996, sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve a elaboração da lei de diretrizes e bases da educação (LDB) com o intuito de buscar padrões neoliberais, erradicando a evasão escolar e diminuindo a taxa de analfabetismo. Com isto, ocorreram as primeiras providências concernentes à base nacional comum. Na educação infantil, a prioridade era fomentar o progresso físico, social e psicológico de crianças que se encontravam na faixa etária de até seis anos de

idade. Na educação fundamental, o escopo era desenvolver os alunos de acordo com o princípio de cidadania. O tempo do ensino fundamental era de nove anos, obrigatórios. A época foi estabelecida, também, a opção de matrícula do ensino religioso. No ensino médio, última etapa da educação básica, o objetivo era preparar os alunos para o mercado de trabalho. O período do ensino médio durava três anos, obrigatórios. Além disso, filosofia e sociologia eram dadas como obrigatórias.

Em 1998, ainda sob o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve a criação dos parâmetros curriculares nacionais (PCN) que buscavam consolidar, ainda mais, o artigo constitucional e a lei de diretrizes e bases nacionais da educação (LDB). Diante disto, os PCNs são conceituados como: Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Os PCNs definiam os padrões educacionais que orientariam os docentes, coordenadores, pedagogos, diretores, entre outros. Porém é salientado que os parâmetros eram recomendações e, portanto, não obrigavam os professores a elaborarem suas grades. Estes abrangiam tanto a rede pública quanto a rede privada de ensino e poderiam ser adaptados de acordo com as necessidades locais.

Em seguida, reformulada de acordo com a consulta pública, em maio de 2016, o MEC promulgava a segunda versão da BNCC. Em sua segunda versão, estava redigido: Em conformidade com o PNE (2014-2024), à BNCC cabe definir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que orientarão a elaboração dos currículos nacionais. Na BNCC, as concepções de direito de aprendizagem e desenvolvimento são, portanto, balizadoras da proposição dos objetivos de aprendizagem para cada componente curricular.

A segunda versão da BNCC, além da orientação à educação básica, buscava admoestar: A educação de jovens e adultos (EJA), a educação especial na perspectiva inclusiva, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação escolar quilombola, a educação para as relações étnico-culturais, a educação ambiental e a educação em direitos humanos.

Vale salientar que a estrutura da educação infantil e do ensino fundamental, anos inicial e anos finais, já estavam ratificados e prontos para entrarem em vigência. Não obstante, ainda faltava a composição de como seria a didática do ensino médio. Então, diante da presente situação, o conselho nacional de educação (CNE) realizou audiências públicas, tendo a intenção de ouvir as opiniões e as sugestões da sociedade e, com isto, gerar a formatação do ensino médio e alocá-la dentro da BNCC.

Em julho de 2016, o MEC instruiu o comitê gestor da base nacional comum curricular e estabeleceu a renovação do ensino médio, a fim de concluir as pendências da educação básica e, por consequência, enviar a proposta final do texto.

Em setembro deste mesmo ano, o conselho nacional de secretários de educação (CONSED) e a união nacional de dirigentes municipais (UNDIME) direcionaram ao MEC o relatório que contabilizava as contribuições da sociedade nas audiências públicas, feitas pelo CNE. Estas contribuições, como na primeira versão, serviram como alicerce para a reforma do ensino médio.

Em 2017, o ministério da educação encaminha a terceira versão da BNCC para o CNE, contendo as definições do ensino infantil e fundamental. Outra vez, o CNE leva a terceira versão para consulta pública, enfatizando, ainda, a etapa do ensino médio. De acordo com o MEC.

"O produto desses encontros resultou em 235 documentos protocolados com contribuições recebidas no âmbito das audiências públicas, além de 283 manifestações orais. Estas audiências não tiveram caráter deliberativo, mas foram essenciais para que os conselheiros tomassem conhecimento das posições e contribuições advindas de diversas entidades e atores da sociedade civil e, assim, pudessem deliberar por ajustes necessários para adequar a proposta da Base Nacional Comum Curricular, elaborada pelo MEC, considerando as necessidades, interesses e pluralidade da educação brasileira". (MEC, 2017).

Em 15 de dezembro de 2017, ocorreu uma votação no CNE, onde foi apurado 20 votos em prol da base nacional comum curricular, contra 3 votos contestando a homologação desta base. Em 20 de dezembro de 2017, o ministério da educação homologa a terceira versão da BNCC que passa a vigorar em todo o Brasil, com prazo máximo para implementação da base até 2020. Além disso, a transcrição traz as definições da estrutura do ensino infantil, fundamental e, inclusive, do ensino médio. Segundo o texto contido na BNCC,

"A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso, tanto para adequar ou construir seus currículos, como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros". (BNCC, 2017, p. 5).

A BNCC detalha com clareza as competências e habilidades que um estudante deve ter, ou seja, os objetivos, aquilo que o aluno deverá aprender e deverá demonstrar que aprendeu, (principalmente no ensino fundamental e educação infantil) quanto a:

1. Disciplinas: Quando a lei do ensino médio (BNCC) surgiu, colocaram na lei como obrigatório às disciplinas de português, matemática e o inglês, óbvio que a base não é só isso, essas matérias são obrigatórias em cada um dos três anos, aliás, a LDB já falava em ensinamentos por área. As áreas de atuação englobadas são: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Quando foi dividido o ensino por área, houve uma interpretação de que não tendo mais disciplinas, os alunos não teriam mais sociologia, história, filosofia, artes nem educação física, e os professores com isso perderiam os seus empregos, claro que essa seria uma lógica natural, entretanto, dentro de cada área quando analisadas as habilidades e seus componentes, estes incluem a sociologia e filosofia, com isto observa-se que não acabaram as demais disciplinas, elas estão incluídas em cada uma das áreas.

Nos três anos de ensino médio, 13 disciplinas eram colocadas como obrigatórias e estavam dispostas durante todo o período. E, como visto, não será assim na base: apenas parte das disciplinas será obrigatória para todos, como é o caso do Português, da Matemática e o inglês, ou seja, matérias fixas e constantes para todos os alunos, englobando as já conhecidas disciplinas do colégio, havendo a possibilidade de especialização no meio do segundo ano em frente.

Além disso, por essa razão, o ensino médio não contará necessariamente com três anos. Será formulado um sistema de créditos, e o aluno poderá se formar assim que conseguir os créditos necessários.

É muito importante explicar que todas as escolas deverão oferecer um núcleo comum, que abrangerão as quatro áreas com conteúdos de ciências humanas, a saber: sociologia, física, química e artes para todos. Todos serão expostos a um repertório mínimo, nessas áreas.



Figura 1. Competências gerais da educação básica
Fonte: BNCC

Os conteúdos Gerais são importantes para o repertório de formação do cidadão bem informado, de um futuro profissional, inclusive com competências que dialogam muito com o futuro do trabalho, além disso, o aluno poderá escolher 2, 3 ou até 5 itinerários, dependendo da carga horária que tiver, com a intenção de aprofundar alguns conteúdos.

Um exemplo: o aluno que optou por um itinerário em ciências humanas, além dos conteúdos que incluem física, química e biologia do básico da área, pode ter um aprofundamento maior em sociologia e filosofia, que aprendeu com os demais no início do ensino médio, isso também será possível.

O ideal seria que todas as escolas oferecessem todos os itinerários, mas uma escola individual não precisa oferecer todos, a escola tem que ofertar no mínimo dois, sendo que, uma rede de escolas, um sistema educacional, tem que oferecer todos os itinerários em um território.

A BNCC está desenhada para ocupar uma parte do currículo, a base não é o currículo. Em tese ocupa 1800 horas/ano distribuídas nas quatro áreas de conhecimento, o que prevê a alteração da carga horária para a forma integral. O antigo modelo de ensino médio contava com 800 horas anuais.

A BNCC permite vários arranjos, como o ensino por projetos, e os alunos podem se organizar nos seus itinerários, também traz a permissão de 20% do seu itinerário formativo para formação à distância, desde que tenha a mediação de um professor. A base dá flexibilidade, mas terá que ter um núcleo comum distribuído por área.

Outro ponto interessante, é que o aluno poderá optar por itinerários formativos e trazer certificação parcial para complementar o seu currículo. Essa é uma novidade que a base está trazendo, vejamos alguns exemplos:

Certificação externa: um aluno que escolha o itinerário técnico profissional e faça um curso de aprendizagem, ou esteja no ensino profissional, pode tirar essa certificação, um exemplo: o aluno está fazendo um curso no SENAI e apresenta o certificado na escola, a mesma poderá creditar o curso, desde que o Conselho Estadual de Educação reconheça e certifique aquela unidade como capaz de oferecer o itinerário formativo.

Tempo: Nenhuma escola vai fazer esta mudança total no primeiro ano, a base Nacional comum curricular está prevendo 4 anos para as escolas completarem a mudança. Parte das mudanças já está acontecendo a partir do final de 2017. Basta que os colégios já tenham a estrutura necessária para adotar as alterações, ainda não será obrigatório, no entanto, grande parte da reforma poderá ser implementada de forma gradual. Então, as escolas terão tempo de se organizar.

Professores: Para tornar-se professor, atualmente, é necessário que você tenha se formado em curso de licenciatura, independentemente de sua graduação. Essa modalidade permite que o indivíduo dê aulas, diferentemente do bacharelado, por exemplo. Para suprir a demanda de professores, principalmente pelo caráter técnico do novo ensino médio, essa contratação teve que ser alterada também.

Os professores não precisarão mais obrigatoriamente do curso e poderão ser contratados pela simples comprovação de seu conhecimento em relação às matérias. Isso faz com que pessoas formadas em áreas afins às disciplinas possam lecioná-las também.

Para Rubens Alves, teólogo brasileiro, há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. De acordo com esta visão, podemos mencionar que, no cenário brasileiro, é notória a discrepância de ensino entre as escolas privadas e as escolas públicas. Tendo em vista que a desigualdade escolar pode influenciar, futuramente, o ingresso no ensino superior, é imprescindível a demanda por alternativas que inibam este problema.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que a infraestrutura, os equipamentos necessários e as metodologias adotadas nas escolas terceirizadas, na maior parte, são mais eficazes e organizadas em comparação com os recursos presentes nos colégios públicos e, por consequência, viabilizam o melhor desempenho e aprovação dos alunos em vestibulares e geram desigualdade. Diante de tal situação, o instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais (INEP), constatou, com base no exame nacional do ensino médio (ENEM), que: 1) A média geral das escolas brasileiras é 525 pontos, mas 91% das escolas públicas estão abaixo da média, 2) É relevante citar a criação da base nacional comum curricular que estabelecerá padrões de ensino tanto para escolas privadas, quanto para escolas públicas.

Portanto, a defasagem de ensino será atenuada e, por conseguinte, promoverá a competitividade entre as escolas e a inclusão de alunos advindos de escolas estatais. Não obstante, ainda existirão desvantagens no que concernem as estruturas escolares. Segundo Aristóteles, filósofo grego, Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

Portanto, minimizar as desvantagens das escolas públicas não se apresenta como tarefa fácil, mas, tornar-se-á alcançável por meio de investimentos ou, talvez, da privatização de todas as escolas.

Dessa forma, o ensino incitará equidade, na concorrência e inclusão social.

2.2 Possíveis Impactos Causados Pela BNCC

O caminho para que as diretrizes previstas na Base cheguem até as salas de aula não será fácil. As mudanças que a BNCC promover, levarão gestores e professores a uma reflexão sobre o ensino e sobre as transformações a serem feitas com o objetivo de melhorar o sistema educacional.

As dificuldades na área da educação estão relacionadas aos problemas sociais e regionais. O documento vai ajudar na melhoria de algumas lacunas e contribui para que todos os alunos tenham o direito à educação assegurada. Os gestores e docentes poderão repensar sobre os métodos educacionais e o que mudar para melhorá-los. Outro possível avanço destacado, que se envolveu no processo de elaboração do documento é a clareza para os pais e responsáveis sobre o que esperar do desenvolvimento dos filhos a cada etapa do ensino, antes desse documento, os pais tinham dificuldade em saber se os colégios cumpriam o currículo. Agora, eles terão mais clareza para avaliar se as escolas realmente são boas, pois contarão com um documento para cobrar os resultados e avanços.

É necessário que as metas estabelecidas pelo PNE sejam cumpridas. Uma delas, é a garantia das condições para que professores e gestores escolares tenham o apoio necessário, para que os objetivos de aprendizagem sejam efetivamente trabalhados em sala de aula. Isso passa a assegurar infraestrutura e condições materiais às escolas. Dessa forma, levará tempo para que a Base possa impactar os indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

As escolas devem explicar para as famílias de forma clara, qual a importância da Base para que elas entendam qual é o valor dos colégios na formação das crianças. O sucesso na implementação dependerá, em grande parte, dos professores, que precisarão de formação adequada. Existem componentes curriculares específicos, por exemplo, nos quais é preciso que o docente se especialize para estar preparado para ensinar. É necessário garantir condições, materiais de trabalho, além da valorização e remuneração adequada aos educadores.

2.3 Constatar os Possíveis Impactos Causados Pela BNCC Nos Aspectos Materiais e Psicológicos.

É perceptível na BNCC, a presença de propostas que contemplam os interesses dos empresários da educação, como produtores de softwares e materiais educativos. A Base não é uma pauta específica dos segmentos privatizantes. Ao contrário, ela está na agenda de diferentes grupos sociais, inclusive os que fazem uma forte defesa da escola pública de qualidade. No entanto, os representantes dos interesses mercadológicos se vincularam ao Estado e conseguiram explicitar suas demandas. Uma das consequências dessa estratégia foi a saída de alguns movimentos do processo, porque perceberam que não poderiam mais fazer a defesa da escola pública.

Por causa desses e outros aspectos, a especialista Maria Do Carmo da Unicamp afirma considerar não ser conveniente à existência da BNCC neste momento histórico, justamente porque o documento foi construído em um contexto de acirramento de divergências.

"o professor Luiz Carlos de Freitas [também da FE-Unicamp], alertava em 2015, quando a primeira versão do documento foi divulgada, de que não havia base para discutir a Base Curricular. Naquele momento, ele alertava que essa política serviria somente como catalizador de interesses com grande expressão política. Isso, porque as questões envolvendo uma sociedade mais justa não estavam e ainda não estão equacionadas no país". (FREITAS, Luiz Carlos, 2015)

Ao analisar os possíveis impactos das medidas previstas na BNCC sobre o currículo e a qualidade da educação, a especialista Maria Do Carmo chama a atenção para dois pontos. Um deles refere-se à característica ambígua do documento.

"Ao mesmo tempo em que afirma que a Base não é o currículo, mas sim uma diretriz para a elaboração deste, o texto entra em minúcias acerca das finalidades e objetivos do ensino. Há aí uma inversão. Existe uma consolidada crítica à visão tradicional dos currículos organizados por objetivos. E a BNCC insiste em consolidar essa visão de desenvolvimento curricular, ignorando que é na dinâmica da cultura que as seleções são feitas, de modo que sejam socialmente válidas para a comunidade de estudantes e educadores, conferindo sentidos ao processo educativo". (DO CARMO, Maria, 2015).

Especifica que está diretamente relacionada à primeira, que diz respeito à qualidade da educação. No entender, ao vincular a qualidade às avaliações sistêmicas, o documento coloca em segundo plano a expressividade do processo de escolarização.

"Em outras palavras, a ideia em questão tira o cotejo da aprendizagem do encontro pedagógico, que é algo que pode modificar qualitativamente a vida das pessoas, e o coloca sobre o resultado. Isso produz uma standardização da educação, baseada em uma visão também padronizada de qualidade". (DO CARMO, Maria, 2015)

Além dessas presenças importantes na proposta da Base, Luiz Carlos destaca também uma ausência, que é reveladora de como o processo de construção da proposta se deu, e que por isso merece reflexão. "O ensino médio não está na BNCC". Não foi incluído porque alguns segmentos querem vinculá-lo à profissionalização. Ainda não há acordo sobre isso, dado que a LDB estabelece que o ensino médio, assim como o fundamental, é dever do Estado. Ainda não sabemos o que será feito com esse nível de ensino.

Entretanto, "vemos uma clara movimentação no sentido de vincular formação profissional à participação da iniciativa privada" Embora reconheça que os setores que defendem os interesses privatizantes tenham exercido protagonismo no desenho da BNCC, o docente da FE-Unicamp entende que o jogo ainda não acabou.

"O que nós temos hoje é a disputa, por exemplo, entre entidades ligadas aos setores empresariais e associações científicas. Todos estão tentando fazer circular na sociedade sentidos para a construção da Base, quer seja concordando ou questionando esse movimento. A disputa ainda não acabou. O governo federal tem privilegiado alguns setores e dado algumas questões como vencidas, mas não vejo as coisas dessa maneira" diz Luiz Carlos. (FREITAS, Luiz Carlos, 2015)

Toda essa movimentação, que parece ter um caráter mais geral, já tem provocado reflexos no espaço da escola.

"Muitos relatos vêm dos educadores. Alguns efeitos das diretrizes impostas à educação já podem ser sentidos na sala de aula, como o constrangimento ao trabalho dos professores. De maneiras distintas, as políticas propostas afirmam que o lugar do professor não é um lugar de liberdade. Isso não é fruto específico da BNCC, mas ela vem para reafirmar essa posição. Os professores sabem que algumas das proposições estão relacionadas com o processo de avaliação e certificação, o que tem gerado insegurança entre eles, visto que poucos puderam participar da construção do documento". (FREITAS, Luiz Carlos, 2015).

2.4 Competências e Conhecimentos Essenciais Definidos Nesta Base Nacional Comum Curricular

A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentada pelo Ministério da Educação no dia 6 de abril de 2017, definiu um conjunto de 10 competências gerais que devem ser desenvolvidas de forma integrada aos componentes curriculares, ao longo de toda a educação básica. As competências foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século 21. Segundo a BNCC, as competências gerais.

"explicitam o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva". (BNCC).

Elas foram incluídas no capítulo introdutório da Base, que também apresenta os fundamentos pedagógicos que orientam todo o documento. O porvir produziu um infográfico para facilitar a compreensão dessas competências gerais, elaborado a partir de leitura crítica realizada por Anna Penido, diretora do Inspirare e integrante do Movimento pela Base (PORVIR), iniciativa que integra representantes de diferentes setores da sociedade com o propósito de apoiar a construção e implementação de uma BNCC de qualidade.

No infográfico abaixo, cada competência geral ganhou um título que sintetiza a sua essência, uma descrição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que busca desenvolver e a indicação do que se espera que os estudantes realizem com as competências desenvolvidas.



Figura 2. Competências gerais BNCC

Fonte: Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular definiu o conjunto de aprendizagens essenciais a que todos os estudantes brasileiros têm direito durante a educação básica. A terceira versão do documento foi analisada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado pelo MEC no final do ano de 2017.

2.4.1 Compete Exclusivamente a BNCC

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

2.5 Plano Nacional de Educação

Em 2014, no mandato da presidente Dilma Rousseff, o plano nacional de educação (PNE) que determina as diretrizes, metas e estratégias na área educacional,

com duração de 10 anos, estão contendo em seu dispositivo a base nacional comum curricular (BNCC). As metas do plano nacional de educação (PNE), 20 metas, que citam objetivos da base nacional comum curricular (BNCC) são:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste plano nacional de educação (PNE).

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano nacional de educação (PNE).

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste plano nacional de educação (PNE), a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB): 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Portanto, as metas buscam investir na estrutura educacional, visando à consecução da educação qualificada, da capacitação e orientação dos docentes, da inclusão social nas escolas, da diminuição do analfabetismo, da atenuação das saídas precoces dos recintos escolares, de um plano orçamentário para este projeto e, por consequência, do desenvolvimento de todos os requisitos que concernem à educação. Na educação infantil, o alvo de ampliar o número de creches está sendo alcançado. De acordo com dados fornecidos pelo plano nacional de educação (PNE), em 2014 o atendimento foi de 29,6% e em 2015 foi de 30,4%. A meta estabelecida para 2024 é que esse número chegue em 50%.

No ensino fundamental e no ensino médio, o escopo é estender o número de matrículas. De acordo com o plano nacional de educação (PNE): Em 2014, a taxa de matrículas das crianças de 6 a 14 anos alcançou 97,5% e em 2015 aumentou para 97,7%. Por outro lado, 76% dos alunos completaram o ensino fundamental na idade correta no mesmo ano. Já no ensino médio, os dados revelam que 82,6% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam matriculados em 2014 e em 2015 esse número aumentou para 84,3%, o que representa um desafio para cumprir a meta de 100% até 2016. Em julho de 2015, ocorreu o seminário internacional sobre a base nacional comum curricular (BNCC), no Distrito Federal, que aglutinou profissionais nacionais e internacionais a fim de debater e, por consequência, chegar ao consenso de como seria estruturada esta base.

Ainda em 2015, o ministério da educação (MEC), o conselho nacional de secretários de educação (CONSED) e a união nacional de dirigentes municipais de educação (UNDIME) eram os responsáveis pela primeira versão da base nacional comum curricular (BNCC). Em setembro, deste mesmo ano, o ministério da educação lançava a primeira versão da base nacional comum curricular (BNCC), em consonância às metas do plano nacional de educação (PNE) e das diretrizes curriculares nacionais (DCN).

3 Metodologia

Como metodologia de investigação utilizar-se-á o estudo de caso. Segundo Yin (2001) o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planeamento, da coleta e da análise de dados. Com este procedimento se supõe que se pode adquirir conhecimento do fenómeno que será estudado a partir da exploração intensa do caso.

Esta pesquisa se classifica sob o ponto de vista da sua natureza como aplicada, do ponto de vista de seus objetivos tem o carácter exploratório, que de acordo com Merriam

"é um conceito guarda-chuva cobrindo algumas formas de investigação que nos ajuda a entender e explicar o significado do fenómeno social com a menor quebra possível do ambiente natural (1998, p. 179)

Do ponto de vista de abordagem do problema se caracteriza como qualitativa reflexiva. Patton (2002, p. 14) afirma que o método qualitativo é uma ferramenta que facilita pesquisas de maior profundidade e com um maior nível de detalhe. Merriam (1998) afirma que as pesquisas qualitativas buscam compreender a realidade do contexto a partir da visão de mundo dos indivíduos, sabendo-se que esta realidade é construída pela interação das pessoas com sua realidade social.

Ainda Merriam (1998), diz que as estratégias de coleta, para dados de carácter qualitativo consistem em citações diretas de pessoas sobre suas experiências, sentimentos, opiniões e conhecimentos, podendo ser coletadas através de entrevistas, observação e análise de documentos.

Assim, do ponto de vista dos procedimentos técnicos de coleta de dados se categoriza como pesquisa bibliográfica realizada em várias fontes como: livros, artigos, periódicos, internet etc., e pesquisa documental, onde serão analisados documentos da BNCC, como legislação e outros. Não serão utilizadas a entrevista estruturada e a observação direta, visando o entendimento de como os critérios adotados pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no que concerne a capacidade de escolha dos alunos sobre as matérias/disciplinas e suas tecnologias.

Quanto à forma de narração dos resultados será a análise de dados qualitativos, geralmente denominada análise de conteúdo. A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

4 Análise dos dados

A BNCC foi desenvolvida com o intuito de transformar a educação em todo o Brasil. Como mencionado no início, a BNCC é um documento que tem como objetivo nortear o que é ensinado nas escolas do País, englobando todas as fases da educação básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

De forma simplificada, podemos dizer que a BNCC é uma espécie de referência dos objetivos de aprendizagem de cada uma das etapas da formação do aluno. Não é um currículo, mas atua como uma ferramenta que irá orientar a elaboração do currículo específico de cada instituição de ensino. Assim, a BNCC não irá desconsiderar as particularidades metodológicas, sociais e regionais das escolas, mas será um guia fundamental para que os estudantes, nos quatro cantos do País, tenham acesso a uma educação integral.

Este artigo tem por finalidade analisar a BNCC, orientado pela indagação sobre como será a escolha dos alunos do ensino médio, pelas áreas de aprofundamento no estudo e as mudanças do ensino por competências.

Após a leitura dos itens listados no ensino fundamental – anos finais –, observou-se que a definição da BNCC, diz o seguinte: De acordo com os itinerários formativos relativos às áreas do conhecimento, cabe aos sistemas de ensino, as redes escolares e as escolas, reorientar seus currículos e suas propostas pedagógicas. O que para tanto, segundo a BNCC é imprescindível:

Orientar-se pelas competências gerais da educação básica e assegurar as competências específicas de área e as habilidades definidas na BNCC do ensino médio em até 1.800 horas do total da etapa. (LDB, Art. 35-A §5º);

Orientar-se pelas competências gerais da educação básica para organizar os tais itinerários formativos considerando também as competências específicas de área e habilidades no caso dos itinerários formativos, as áreas do conhecimento.

Dessa forma, segundo a BNCC, estarão garantidas as aprendizagens essenciais definidas na mesma. Diante disso a BNCC, diz ser fundamental que a flexibilidade seja princípio obrigatório, para que com isso a organização curricular adotada responda aos diferentes contextos e condições dos sistemas de ensino, das redes de escolas de todo o país. Segundo também a BNCC "É preciso romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizados e que abranjam a complexidade das relações entre os ramos da ciência no mundo real" (Parecer CNE/CEB Nº 5 de 2011).

Depois destes argumentos, observamos que não há nos artigos e nos textos da referida, alguma espécie de teste vocacional dirigido ou algo do tipo, o que apresenta a BNCC para auxiliar aos alunos na escolha de sua grade curricular do ensino médio, estão relacionadas em algumas atividades pedagógicas com base nos interesses dos estudantes dos últimos anos do ensino fundamental, que para tanto podem ser criadas situações colaborativas e que se estabelecerão nos interesses dos estudantes e favoreçam seu protagonismo, dentre as ações estão:

Laboratórios, que supõem atividades que envolvam observação, experimentação e produção em uma área de estudo e/ou o desenvolvimento de práticas de determinado campo (língua, jornalismo, comunicação e mídia, humanidades, ciências da natureza, matemática etc.);

Oficinas, que compreendam construção coletiva de conhecimento, técnicas e tecnologias que possibilitarão articulações entre teorias e práticas com produção de objetos e equipamentos, simulação de "tribunais", quadrinhos, audiovisual, legendagem, fanzine, escrita criativa, performance, produção e tratamento estatístico etc.; Clubes, que englobarão leitura, conservação ambiental, desportivo, cineclube, fã-clube, fandom etc.

Observatórios, grupos de estudantes que propõem a acompanhar, analisar, fiscalizar a evolução de fenômenos, o desenvolvimento de políticas públicas etc.

Incubadoras, estimulam e fornecem condições para desenvolver tecnologia ou técnica (plataformas digitais e outros).

Núcleos de estudos promovem debates sobre: juventudes, diversidades, mulher, juventude e trabalho etc., esses núcleos irão disseminar (seminários, palestras, encontros, colóquios, publicações, campanhas etc.).

Núcleos de criação artística, artes integradas, vídeo-arte, performance, intervenções urbanas, cinema, fotografia, slam, hip-hop, etc.

Todas estas situações pedagógicas devem favorecer os itinerários formativos que vão, segundo a BNCC, criar flexibilização da organização curricular do ensino

médio, possibilitando assim opções de escolha aos estudantes. Acredita-se também que estes itinerários formativos irão levar os estudantes a construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho.

5 Conclusão

Baseado nesse conjunto de referenciais sobre os quais os currículos das escolas e das estratégias, planos de aulas, projetos políticos pedagógicos que serão construídos e implementados por professores (as) e pelo sistema de educação, o que falar sobre o impacto para os alunos das aprendizagens por competências que estão distribuídas nas áreas, ou seja, nos itinerários formativos.

É importantíssimo que os alunos compreendam cada competência, é importante também conversar sobre cada uma delas, discutir com os alunos o que eles estão aprendendo, e porque estão aprendendo, para que entendam o sentido, a importância de cada área de formação e que possam estar abertos a colaborar para que juntos os estudantes possam ajudar a desenvolver o coletivo, sendo protagonistas de suas histórias, acreditamos que cada aluno tenha um desafio pessoal a desenvolver com essas competências, como o pensamento crítico, através da criatividade, empatia, da capacidade de colaboração, de ter atitude e do fundamental, que identificamos, ser o exemplo. Se torna muito importante a conversa, o diálogo, as discussões sobre os projetos políticos pedagógicos das escolas com todos os professores, gestores e colaboradores, com isso esperamos que a concepção de educação possa ser compreendida e incorporada, se tornar salutar, aproveitar este momento para reflexão sobre a formação do ser humano, do aluno, acreditamos que através destes diálogos, se obtém não só o que fazer, mas como fazer, como serão repassados os saberes, os processos de aprendizagem dos alunos, qual o papel das escolas, e de cada um dos colaboradores no processo de aprendizagem dos alunos.

Agendar discussões sobre as competências gerais, propondo um aprofundamento maior, realizando leituras sobre as competências, as escolas podem começar pelos professores, que já realizam esses trabalhos nas escolas. Acreditamos não ser difícil, não precisamos jogar tudo fora e implementar todo um sistema novo, podemos aproveitar o que já vem sendo feito na maioria das escolas. Os alunos do ensino médio no sistema atual desfrutam do esforço de professores, através de passeios, gincanas e atividades em grupo ou individual, que temos agora no ensino superior, só que não tão intensificado como a base vem orientando. Não se desenvolvem esses tipos de competências apenas com aulas dentro de uma sala, isso é desenvolvido muitas vezes através de um relacionamento entre o professor e o aluno nas atividades vivenciais, em que os alunos exercitam essas competências na prática, na hora que vão usar o conhecimento intelectual acadêmico cognitivo para intervir na realidade ou resolver problemas da sua comunidade.

Uma opção para as escolas, é mapear o que professores e escolas já vem fazendo, tem muita coisa que dá para ser aproveitado e incorporado de forma mais intencional, com foco, antes da base isso já vinha acontecendo, geralmente quando gerava uma necessidade da escola, ou porque o professor tinha uma sensibilidade, um interesse a mais. A base vem orientando para que isso chegue de forma concisa, através das possibilidades de desenvolvimento curricular, mediante as condições que as escolas têm, e mediante as condições que os estudantes trazem em diferentes situações, devido à sociedade e regiões do país.

É importante de fato, preparar os estudantes para a vida, não só para uma prova, e a melhor forma de se trabalhar isso seria juntos, através de cada colaborador da escola.

O conjunto de habilidades descritas na BNCC como direito de aprendizagem, devem favorecer os professores, escolas e sistemas de ensino a fazer os cruzamentos e articulações, inclusive metodológicos, que lhes convém e que podem ser necessários para cada região. Não é algo que necessite de muito investimento em infraestrutura, nem de muitos recursos, para tanto o que se precisa é do professor.

Algo que vem sendo muito falado é para realmente olharmos com atenção para o capítulo inicial da base, não pular e já ir pensando no componente curricular, mas nas habilidades, porque este capítulo introdutório de fato traz uma nova concepção de educação, a base não é necessariamente nova. Uma educação que tem como foco o desenvolvimento humano, um desenvolvimento do estudante não apenas do ponto de vista acadêmico intelectual, mas nas suas múltiplas dimensões, no desenvolvimento social do aluno, nas suas relações com o mundo, no desenvolvimento mais emocional do aluno com suas relações, no físico e na questão do estudante se dar bem com seu corpo, com seu bem-estar e no cultural, que é essa ideia do estudante se aproximando do simbólico, do abstrato, que é parte integrante do ser humano. A base traz mudanças, e isso não é novidade, porque o país vem sinalizando a bastante tempo a necessidade de se criar uma base, de mudar o que vinha acontecendo em questão de matéria curricular no país. O que vinha definindo o currículo no Brasil, eram os exames nacionais como o ENEM, PROVA BRASIL. Os livros didáticos eram um definidor dos currículos no Brasil.

Não vão existir currículos paralelos para trabalhar as competências, eles serão integrados para que se possa desenvolver o conhecimento dessas habilidades, dessas competências nas aulas normais e em todas as atividades que irão acontecer nas escolas. Então, tudo isso não é mais a ideia de que o professor vai ensinar o português ou a matemática pela matemática, e sim, para que de fato o aluno possa desenvolver um pensamento crítico lógico, uma capacidade de resolver problemas, de entender os números que estão pelo mundo, das estatísticas. Enfim, esse é apenas um exemplo da matemática, isso será usado com todas as disciplinas, as áreas de formação. Os alunos vão ter que demonstrar que aprendeu, essa é a ideia das competências, não é ver a disciplina. As áreas de formação fora do ensino por competência estão incorporadas, entranhadas às competências junto com o ensino dos conteúdos. Essa concepção irá mudar o propósito, as práticas pedagógicas, o próprio ambiente da escola para que ele seja realmente favorável ao desenvolvimento das competências. Esse desenvolvimento quer vai além do contingente dimensional da escola, ou seja, as dez competências gerais vão mostrar quais habilidades o aluno irá desenvolver nos componentes de linguagens ou nos itinerários formativos, o aluno não pode ficar só no conteúdo, não pode ficar só naquilo que é o saber, essas competências terão que ser, de fato, uma oportunidade para que o estudante possa desenvolver também as atitudes, os valores e as habilidades que servirão de base para a vida. Por isso, a base vai sempre remeter as dez competências gerais.

A competência na base é entendida como justamente, a soma de quatro elementos do conhecimento, os quatro pilares da educação, que são o saber sobre as coisas, as habilidades, o saber fazer, saber usar o conhecimento, as atitudes, a questão de o estudante ter aquela energia, o comportamento que vai leva-lo a usar o conhecimento, e os valores que irão diferenciar ou definir como serão usado esses conhecimentos, habilidades e atitudes, de maneira ética, respeitosa, construtiva, produtiva, que realmente leve essa nova geração de estudantes a construir, e a

colaborar para construção de uma sociedade mais justa, solidaria, sustentável, empática, e que se apresenta como o grande desafio em que se encontra o Brasil.

6 Referências

A Etapa do Ensino Médio na BNCC. Movimento pela Base Nacional Comum **youtube** 26 de abril de 2019. 5min33s. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

As Competências Gerais da BNCC. Anna Penido Movimento pela Base Nacional Comum **Youtube** 27 de fevereiro de 2018. 13min19s. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

As Principais Mudanças no Ensino Médio. Movimento pela Base Nacional Comum, **Youtube** 26 de abril de 2019. 3min11s. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996 artigo-26. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Acessado em 18 de maio de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988 artigo-210. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 25 de março de 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação, LEI Nº 13.005/2014**. Acessado em: 27 de maio de 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acessado em 11 de maio de 2019.

Conhecimento- A BNCC nos currículos. Anna Penido, Movimento pela Base Nacional Comum, **Youtube** 28 de maio de 2018. 1min59s. Disponível em: **Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br>>. Acessado em 11 de abril de 2019.

Guia da Implementação da BNCC em 7 Etapas. Disponível em: <<https://www.somospar.com.br>>. Acessado em 05 de maio de 2019.

Os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. Movimento pela Base Nacional Comum, **Youtube** 26 de abril de 2019. 5min33s. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acessado em 10 de maio de 2019.